

# AMAZÔNIA VIVA!

Nº 3

ABRIL 2008

Esta é a terceira edição do *Amazônia Viva!*, com as últimas notícias sobre o trabalho de implementação da moratória sobre novos desmatamentos para plantio de soja na Amazônia brasileira.

Em abril de 2006, o Greenpeace publicou o relatório 'Comendo a Amazônia' expondo a ligação entre a soja presente na cadeia de suprimentos de multinacionais de alimentos e a destruição da floresta Amazônica. O relatório, aliado a atividades públicas no Brasil e na Europa, resultou em uma aliança entre produtores de alimentos, redes de supermercados e de fast-food que, juntamente com o Greenpeace e organizações da sociedade civil, se uniram para mudar o panorama de destruição. Respondendo a esta pressão, as maiores traders de soja que atuam no Brasil anunciaram a moratória, em julho de 2006.

Com este boletim, o Greenpeace espera manter a indústria de alimentos e do agronegócio informada sobre o progresso da moratória. Também esperamos encorajar outras empresas a se juntarem aos esforços desta aliança para proteger a Amazônia.

## ● Monitoramento da soja na Amazônia



Sorriso, Mato Grosso. 16/12/2007. Área de floresta primária desmatada dentro de uma fazenda de soja. © Greenpeace/Rodrigo Baleia

O primeiro monitoramento sobre o progresso da moratória da soja foi realizado pelo Grupo de Trabalho da Soja (GTS) – a coalizão de traders de soja, ONGs e movimentos sociais estabelecida para assegurar a implementação da moratória. E concluiu que a atual safra de soja (2007-2008) não veio de novos desmatamentos no bioma Amazônia.

No entanto, este resultado positivo contrasta com os dados divulgados no início do ano de que, após três anos em queda, o desmatamento voltou a crescer no segundo semestre de 2007, atingindo índices recordes em novembro e dezembro.

O monitoramento aéreo do desmatamento feito pelo Greenpeace confirma os resultados apresentados pelo GTS, mas também mostrou que algumas áreas abertas recentemente se encontram dentro ou no entorno de fazendas produtoras de soja, indicando que a destruição provocada pela soja pode voltar a ser um problema.

A retomada no ritmo da destruição florestal reforça a necessidade de um compromisso de longo prazo implementado de forma adequada pelas traders de não comercializar soja proveniente de novos desmatamentos na Amazônia.

O preço da soja subiu mais de 70% nos últimos 12 meses até março de 2008, aumentando o apetite dos produtores por mais terras para cultivar soja. No entanto, a área plantada no Mato Grosso – principal centro produtor de soja na Amazônia – durante a safra 2007-2008 ainda é menor do que a de 2004-2005, quando os preços da commodity e o índice de desmatamento alcançaram seu pico.

As atuais tendências e previsões indicam que tanto a demanda quanto o preço da soja devem continuar elevados com a diminuição dos estoques de soja e outras commodities. Pressão deve ser adicionada também pela crescente demanda por carne e pela expansão da indústria de biocombustíveis para áreas atualmente ocupadas por soja ou pasto, que devem ser deslocadas ainda mais para o interior da floresta.

O Greenpeace tem encorajado a comunidade empresarial a assumir sua responsabilidade no combate ao desmatamento desde que as maiores traders de soja operando no Brasil anunciaram a moratória, em conjunto com um grupo de ONGs e empresas do setor de alimentos, incluindo o McDonald's.

▶ As traders têm dado passos importantes com a implementação do sistema de monitoramento que mostra quando e onde o desmatamento está acontecendo em regiões onde a soja é cultivada no bioma Amazônia. Infelizmente, este sistema ainda não é capaz de identificar o responsável pela destruição. Apesar do registro e do mapeamento das propriedades rurais serem obrigatórios no Brasil, eles ainda são amplamente ignorados por fazendeiros e proprietários de terra.

Por isso, o atual sistema de monitoramento é incapaz de distinguir os produtores de soja comprometidos em combater o desmatamento daqueles que não estão. Apenas quando for possível identificar os responsáveis, as traders de soja poderão garantir aos seus consumidores que a soja que compram não vem da destruição da floresta (e, portanto, não agrava as mudanças climáticas). O Grupo de Trabalho da Soja aceitou um enorme desafio há quase dois anos quando decidiu desenvolver um mecanismo efetivo para garantir aos consumidores internacionais que eles não estão financiando a destruição da Amazônia – um objetivo que está sendo realizado, mas ainda não totalmente alcançado. Está claro que o prazo inicial proposto para a moratória da soja deve ser estendido – dois anos não são suficientes para a enorme tarefa de estabelecer e implementar um regime de governança efetivo para a região.

Até que um novo acordo seja feito entre as traders e ONGs do GTS, empresas que tenham soja em sua cadeia de suprimentos devem continuar insistindo junto aos seus fornecedores para que o grão que está sendo comprado não resulte na destruição da floresta. Ao mesmo tempo, devem pedir que as traders de soja estendam a moratória até que todas as ferramentas necessárias para garantir isso estejam implementadas.

## ● O sistema de monitoramento

Para garantir o cumprimento da moratória, um sistema de monitoramento em áreas recém-desmatadas foi desenvolvido, e está sendo aperfeiçoado, pelo Grupo de Trabalho da Soja.

A identificação de novas áreas desmatadas foi realizada a partir de análise de imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), seguida de sobrevôos, para estabelecer relação com plantio de soja. A empresa Globalsat foi contratada pelo GTS para identificar qualquer evidência de cultivo para a safra 2007-2008 em áreas maiores do que 100 hectares, desmatados entre julho de 2006 e agosto de 2007 nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso (veja mapa, à direita). Juntos, estes três estados são responsáveis por quase toda a área plantada com soja na Amazônia brasileira. O monitoramento aéreo aconteceu entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008, e não foi encontrada soja em nenhum dos 195 polígonos de desmatamento identificados e visitados pela Globalsat.

Um projeto-piloto também está sendo conduzido para determinar o uso da terra em áreas desmatadas menores do que 100 hectares em três municípios do Mato Grosso – Vera, Feliz Natal e União do Sul, todos tradicionais centros produtores de soja, para verificar quanto da soja plantada em novos desmatamentos pode estar sendo subestimada por não monitorar áreas menores. Além disso, o Greenpeace também realizou sobrevôos, documentando novos desmatamentos no entorno ou no interior de fazendas de soja, que podem ser ocupados pelo grão.

O próximo desafio para o Grupo de Trabalho da Soja será desenvolver um sistema de rastreamento efetivo para identificar os produtores responsáveis por plantar soja nestas áreas.

# Pontos de mon



A: Área desmatada com 315,7 ha em Querência, Mato Grosso.  
© Greenpeace/Rodrigo Baleia



# Monitoramento da moratória da soja



**Notas técnicas:** 195 áreas com novos desmatamentos maiores do que 100 hectares foram monitoradas pela Globalsat ([www.globalsat.com.br](http://www.globalsat.com.br)) entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008, nos municípios onde a estimativa da área total ocupada por soja é maior do que 5 mil hectares. Todas as áreas desmatadas, incluindo aquelas menores do que 100 hectares nos municípios de Vera, Feliz Natal e União do Sul, no Mato Grosso, foram monitoradas. Não foi encontrada soja em nenhuma das áreas monitoradas. Foram usados dados de desmatamento do Prodes (Inpe/MCT) no período agosto de 2006 a agosto de 2007, disponíveis no website <http://www.obt.inpe.br/prodes>. Os limites do bioma Amazônia e as fronteiras dos estados e municípios são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). © Greenpeace

*B: Arroz plantado em área recém desmatada (58 ha) próximo a plantio de soja, Feliz Natal, Mato Grosso. © Greenpeace/Rodrigo Baleia*



## A reação do governo brasileiro

O governo brasileiro reagiu rapidamente ao aumento do desmatamento registrado no segundo semestre de 2007, adotando uma série de medidas para frear a destruição da Amazônia. Entre elas, está o embargo a todas as propriedades rurais em que forem constatados desmatamento ilegal, queimadas e exploração vegetal sem permissão. O embargo se estende também à comercialização de produtos derivados destas áreas. Além disso, as propriedades embargadas não poderão ter acesso a linhas bancárias de financiamento.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já publicou uma lista de 4 mil propriedades no Brasil embargadas por crimes ambientais. A lista está disponível no site do Instituto: [http://siscom.ibama.gov.br/geo\\_sicafi/](http://siscom.ibama.gov.br/geo_sicafi/)

O governo também proibiu a emissão de qualquer licença de desmatamento nos 36 municípios onde aconteceram 50% do desmatamento no bioma Amazônia no segundo semestre de 2007, até que todas as propriedades sejam cadastradas. Para isso, estabelece um procedimento para agilizar o mapeamento das propriedades rurais nestes 36 municípios, que deve facilitar o monitoramento por satélite de desmatamentos ilegais.

As medidas adotadas pelo governo estão alinhadas com as repetidas demandas do Greenpeace e do Grupo de Trabalho da Soja, que, por quase dois anos, têm trabalhado para agilizar o registro e monitoramento de propriedades rurais na Amazônia. No entanto, por melhores que sejam as medidas, o governo terá que garantir os recursos humanos e financeiros necessários para que sua implementação seja bem sucedida.



Novo site do Ibama com a lista de propriedades rurais embargadas por crimes ambientais. [http://siscom.ibama.gov.br/geo\\_sicafi/](http://siscom.ibama.gov.br/geo_sicafi/)



Gaúcha do Norte, Mato Grosso. 16/12/2007. O uso de correntão para remover tocos e árvores é uma prática comum no processo de desmatamento na Amazônia. © Greenpeace/Rodrigo Baleia

## PRÓXIMOS EVENTOS

### JUNHO

#### 5

Reunião das empresas europeias do setor de alimentos que compõem a Aliança Amazônica, em Bruxelas, na Bélgica.

## AJUDE A SALVAR A AMAZÔNIA, APÓIE A MORATÓRIA

**Não há tempo a perder para evitar a destruição da floresta amazônica. A indústria de alimentos e o agronegócio devem assumir sua responsabilidade e se engajar na busca de soluções para barrar o aquecimento global e a perda de biodiversidade. Cada vez mais, os consumidores cobram essa postura pró-ativa das empresas – afinal, o futuro da Amazônia e a estabilidade do clima global dependem dessas ações. Por isso, o Greenpeace espera que mais empresas se comprometam com a aliança que provocou a moratória, e ajudem a enfrentar o desmatamento da floresta amazônica.**

**Para saber como aderir à moratória, contate [consumidor@br.greenpeace.org](mailto:consumidor@br.greenpeace.org)**

### Publicado pelo Greenpeace Brasil

R. Alvarenga, 2331 – São Paulo, SP – 05509-006  
Av. Joaquim Nabuco, 2367 – Manaus, AM – 69020-031  
Email: [consumidor@br.greenpeace.org](mailto:consumidor@br.greenpeace.org)  
[www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)

Impresso em papel 100% reciclado e tinta com base vegetal.